

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/16945	23043/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Contrato de Mandato - Criação de Centro Tecnológico BIO-MEDTECH HUB

Considerando que:

1. A atual empresa municipal InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M., cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, resultou da alteração da denominação social da PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga, EM, conforme deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 27 de junho de 2014;
2. A IB rege-se pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram e dos que sobre ela exercem poderes de tutela e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, conforme regulado nos Estatutos daquela empresa local, em concretização do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 50 /2012, de 31 de agosto, e do artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;
3. O Município de Braga delegou na IB, por via do contrato de sociedade, conforme o artigo 4.º, n.º 1, dos Estatutos daquela empresa local, todos os poderes necessários ao cumprimento do seu objeto social e ao exercício da sua atividade, cujo objeto principal é a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, com vista à dinamização económica da região de Braga;



4. Incluem-se no objeto da InvestBraga, o desenvolvimento de atividades para a dinamização económica, promoção do empreendedorismo e a organização e realização de

exposições e feiras, congressos e outros eventos de carácter socioeconómico, cultural, desportivo, recreativo e turístico;

5. Nos termos dos seus Estatutos, constituem atribuições da InvestBraga, de entre outras, as seguintes:

- Promover a articulação dos agentes económicos locais, nacionais e internacionais para objetivos comuns de dinamização económica e a atração de investimento nacional e

internacional;

- Promover a inovação e a valorização das atividades económicas locais;

- Promover o empreendedorismo e a criação de novas empresas e novos negócios, designadamente através da dinamização de atividades de incubação de projetos e

empresas de base tecnológica;

- Cooperar com as instituições de ensino superior da região e demais entidades do sistema de Investigação & Inovação, de modo a contribuir para os processos de valorização

e transferência de tecnologia;

- Construir, implementar e gerir parques industriais e empresariais;

- Construir, implementar e gerir Infraestruturas Tecnológicas (Centros e Interfaces Tecnológicos ou Infraestruturas de Acolhimento e Valorização de Atividades de Ciência e

Tecnologia), designadamente Parques de Ciência e Tecnologia ou Incubadoras de Base Tecnológica, tendo em vista a disponibilização de espaços de acolhimento, organizados e estabelecidos com o objetivo de acelerar e sistematizar o processo de criação e desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica;

- Desenvolver uma política de captação, atração e acompanhamento do investimento privado, seja ele nacional ou investimento direto estrangeiro, que contribua

estrategicamente para o tecido económico e social do Concelho, gerando postos de trabalho e riqueza;

- Dinamização Económica e Atração de Investimento nacional e internacional para a região, através da Agência para a Dinamização Económica de Braga;

- Desenvolvimento de programas de pré-aceleração, aceleração e incubação para startups com ambição global, através da Startup Braga que se assume um hub de inovação



desenhado para apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica com elevado potencial empreendedor nos mercados internacionais.

6. Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), constante do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na

sua atual redação, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;

7. Igualmente, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal – cfr. alínea ff), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL;

8. Em cumprimento do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações

Locais, o Município de Braga e a IB celebraram, em 17 de janeiro de 2025, um Contrato[1] Programa para o ano 2025;

9. Por via do referido Contrato-Programa, o Município de Braga, enquanto entidade participante, define a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local assumidas pela IB, inscrevendo no mesmo, o subsídio à exploração considerado como necessário para dar cumprimento à prossecução da atividade municipal externalizada na IB, consubstanciado na política, interesses, propósitos e nos objetivos do Município de Braga.

Mais considerando que:

10. O Município de Braga submeteu, a 15 de outubro de 2024, uma Manifestação de Interesse sobre áreas-temáticas e territórios-alvo prioritários para investimento em

infraestruturas tecnológicas, no domínio “Deeptech Bio-Hub”, que recebeu um parecer “muito favorável” emitido pelo júri de avaliação da CCDR NORTE, constante do relatório

emitido a 16 de dezembro de 2024 – cfr. Anexo I;

11. No dia 31 de dezembro de 2024, a CCDR NORTE procedeu à Abertura do AvisoNORTE2030-2024-86 - Investimento em infraestruturas tecnológicas, que consagra como

entidades beneficiárias elegíveis:

Instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de demonstração e transferência tecnológica;

Entidades gestoras de parques de ciência e tecnologia e incubadoras de base tecnológica.

12. O Aviso NORTE2030-2024-86 vai cofinanciar em 65% a criação, qualificação ou expansão de infraestruturas tecnológicas, centradas no apoio à transferência e valorização



do conhecimento, prioritárias para a implementação das prioridades regionais definidas nas Estratégias de Especialização Inteligente, que respondam às necessidades em diferentes fases no ciclo de inovação e de maturidade tecnológica;

13. Neste contexto, e considerando que, no universo municipal, a IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga) é a entidade que, de forma mais clara cumpre

os critérios de elegibilidade do aviso, uma vez que é a entidade instituidora e gestora de uma Incubadora de Base Tecnológica – Startup Braga -, reconhecida pela Agência Nacional de Inovação, no último Mapeamento de Infraestruturas Tecnológicas, considera-se que deve a candidatura ao presente aviso ser promovida pela referida empresa municipal;

14. O Bio-MedTech Hub pretende afirmar-se como um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia (CVTT) na área temática “DeepTech Bio-Hub”, orientado para

o desenvolvimento de atividades de investigação aplicada e inovação, incluindo atividades de investigação industrial, atividades de desenvolvimento experimental, estudos de

viabilidade, e atividades de incubação a empresas de base tecnológica;

15. O Bio-MedTech Hub contribuirá ativamente para a valorização do conhecimento e do capital humano do território do Cávado, atraindo startups, investidores e investigadores da área da saúde, bioengenharia e biotecnologia, a nível nacional e internacional, promovendo o desenvolvimento económico do território;

16. O projeto do Centro Tecnológico prevê uma intervenção na área exterior do Fórum Braga, mais precisamente no terreno contíguo ao parque de estacionamento, com vista à construção de um edifício que contará com três pisos e uma área total de, aproximadamente, 4.900 m², sendo a sua área útil de 4.500 m². Esta proposta prevê uma

distribuição eficiente dos espaços, que incluirá laboratórios modulares, salas de reuniões, áreas para gestão da infraestrutura, bem como locais específicos para incubação de

empresas e disseminação de resultados, promovendo um ambiente colaborativo e inovador para as empresas em fase de crescimento.

17. A infraestrutura contará também com áreas dedicadas a conferências, seminários e outras sessões públicas, posicionando o Bio-MedTech Hub como um polo dinâmico para a divulgação do conhecimento e a promoção de iniciativas empresariais nas áreas da medicina, bioengenharia, biotecnologia, bioquímica, etc, prevendo-se um investimento global de cerca de 6.153.850,00 €;

18. A estrutura de parceria estabelecida para a criação do Bio-MedTech Hub é composta por um consórcio diversificado e altamente qualificado, que mobiliza entidades de I&I do território, desde instituições de ensino superior, unidades de investigação e clínicas, empresas tecnológicas e associações empresariais, tais como: o 2CA-Braga – Centro



Clínico Académico, o Applied Artificial Intelligence Laboratory (2AI) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), a Universidade do Minho, com 4 unidades de investigação

(Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde (ICVS), o Center for Microeletromechanical Systems (CMEMS), o Centro de Química e o Centro de Engenharia

Biológica), os Centros de Tecnologia e Inovação, CCG/ZGDV e o INL, a P-Bio – Associação Portuguesa de Bioindústria, ou as empresas SilicoLife, PeekMed e F3M. Apresentam-se em anexo (Anexo IV) as cartas de apoio e as manifestações de interesse das Entidades;

19. Esta rede colaborativa assegura os meios humanos, materiais e tecnológicos essenciais para o sucesso do Bio-MedTech Hub, garantindo a sustentabilidade e o

crescimento da infraestrutura, posicionando Braga como um centro de excelência nas áreas da biotecnologia e ciências da saúde;

20. O presente contrato de mandato visa, assim, a delegação de poderes do Município de Braga na IB, para a efetivação da candidatura ao investimento em infraestruturas

tecnológicas - Aviso NORTE2030-2024-86, com vista à criação do Centro Tecnológico Bio-MedTech Hub, a implantar em Braga, bem como para gerir todo o processo de construção e implementação do Centro.

Considerando, por fim, que:

21. Estando o Município de Braga adstrito ao cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa, o mandato administrativo objeto do presente contrato, permite,

desde logo, dar resposta ao princípio da boa administração, pois dá uma resposta mais adequada às exigências de atuação pautada por critérios de eficiência e economicidade, potenciando a prestação de um melhor serviço público nas áreas específicas da tecnologia e da promoção da inovação nos setores da medicina, bioengenharia, bioquímica, entre outras;

22. A especificidade técnica e material da IB, assente no seu nível de organização, assim como na especialização na função, permite a adoção de um novo paradigma na sua gestão e, assim, alcançar os resultados a que se vincula perante o Município de Braga;

23. A natureza do serviço prestado pela IB reconduz-se à previsão das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 48.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao Município de Braga, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

24. O Município de Braga contrata a IB com dispensa de observância de um procedimento de contratação prévio, nos termos do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos

Contratos Públicos, uma vez que na qualidade de acionista único exerce diretamente sobre esta empresa um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.



Em face do exposto, propõe-se que:

A Câmara Municipal de Braga ao abrigo da alínea ccc), do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75 /2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprove submeter à Assembleia Municipal de Braga, o presente Contrato de Mandato, para aprovação, nos termos do disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal, delibere:

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 3.º e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a aprovação dos compromissos plurianuais de acordo com o seguinte cronograma financeiro:

- a) No ano de 2025: até ao valor máximo de € 43.384,00 (quarenta e três mil e trezentos e oitenta e quatro euros);
- b) No ano de 2026: até ao valor máximo de € 1.762.923,05 (um milhão e setecentos e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e três euros e cinco cêntimos);
- c) No ano de 2027: até ao valor máximo de € 1.762.923,05 (um milhão e setecentos e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e três euros e cinco cêntimos).

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Área total de construção: 4900,00m²

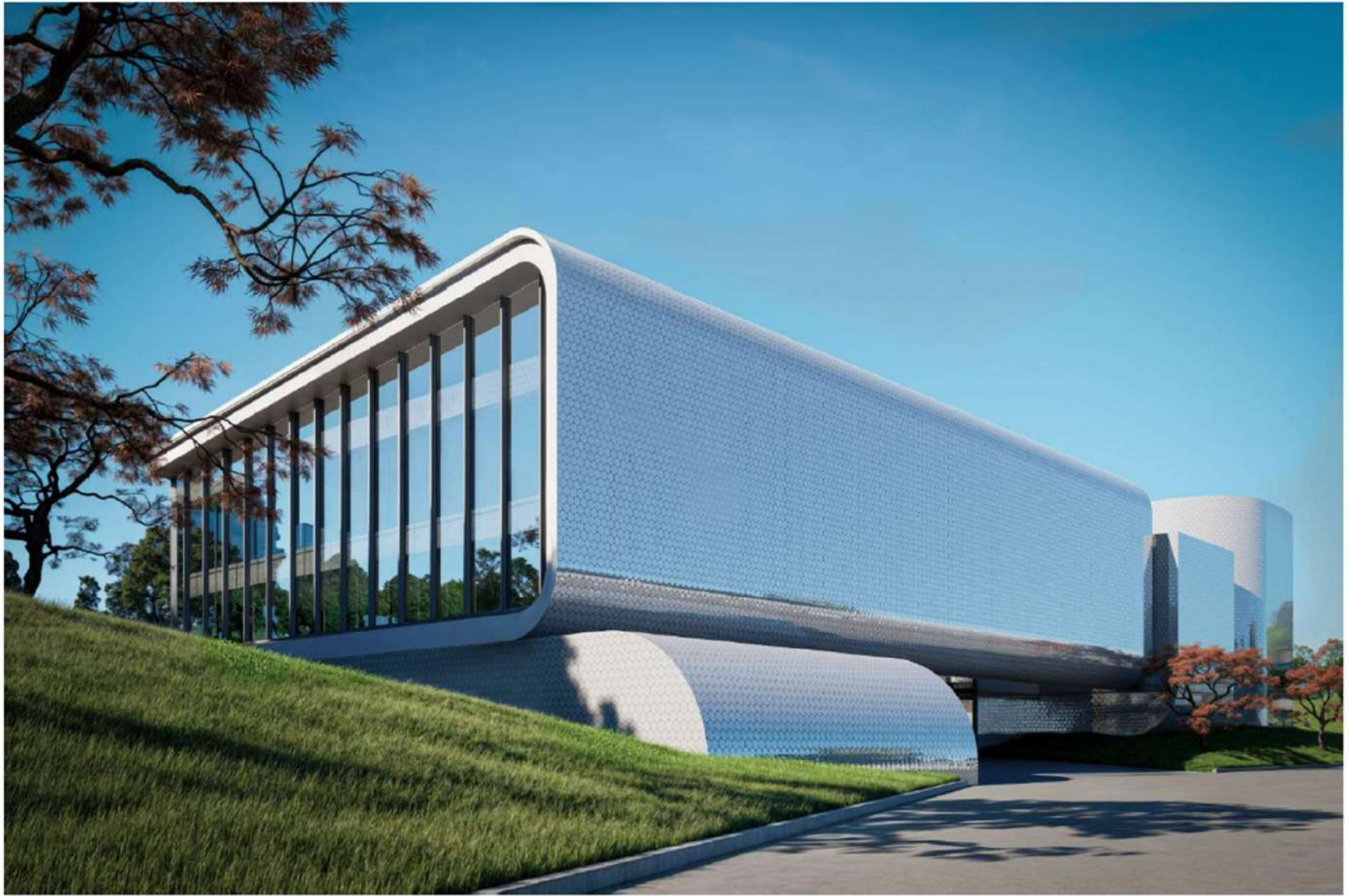
Área útil: 4500,00m²

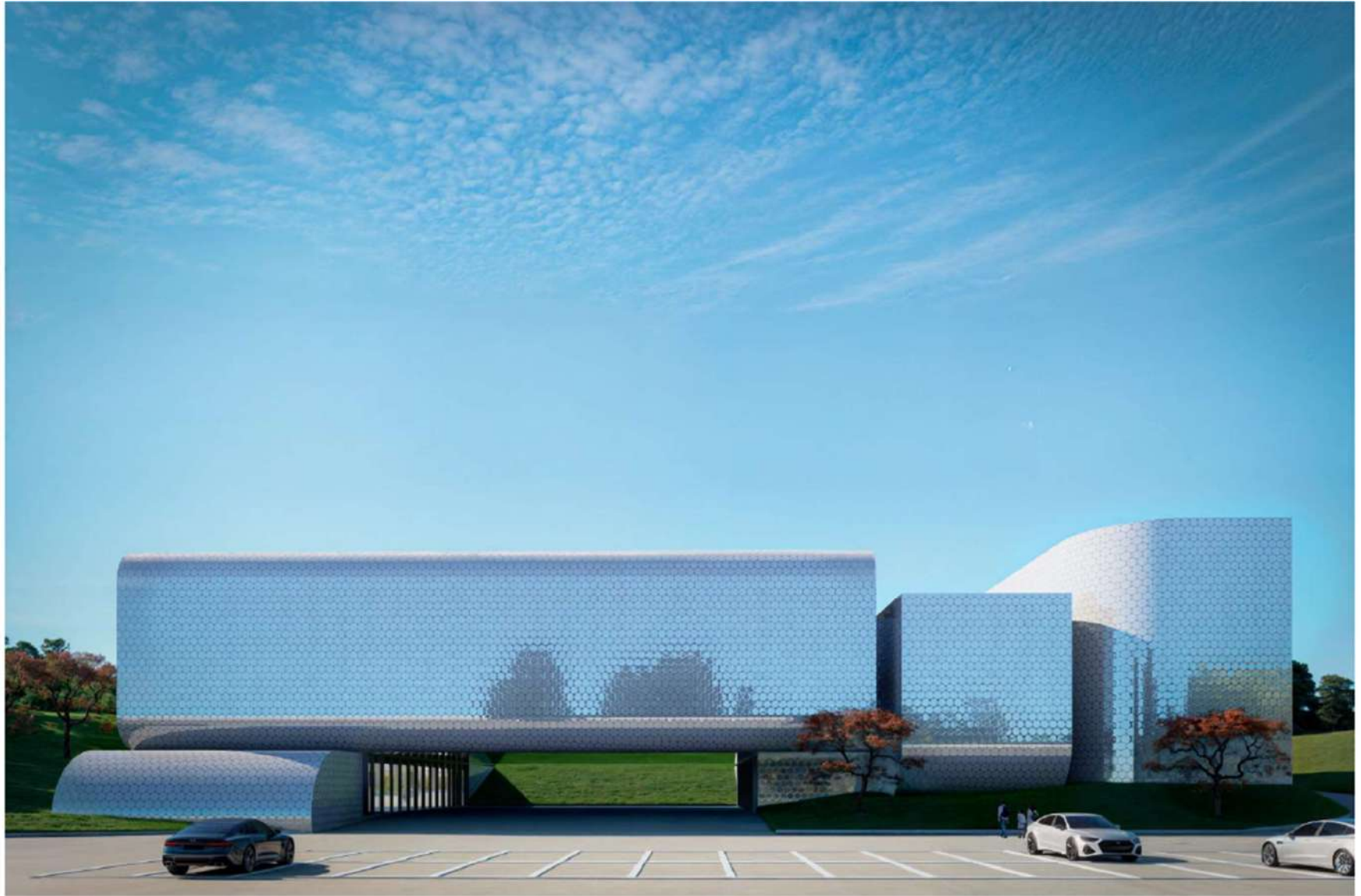
Acesso principal

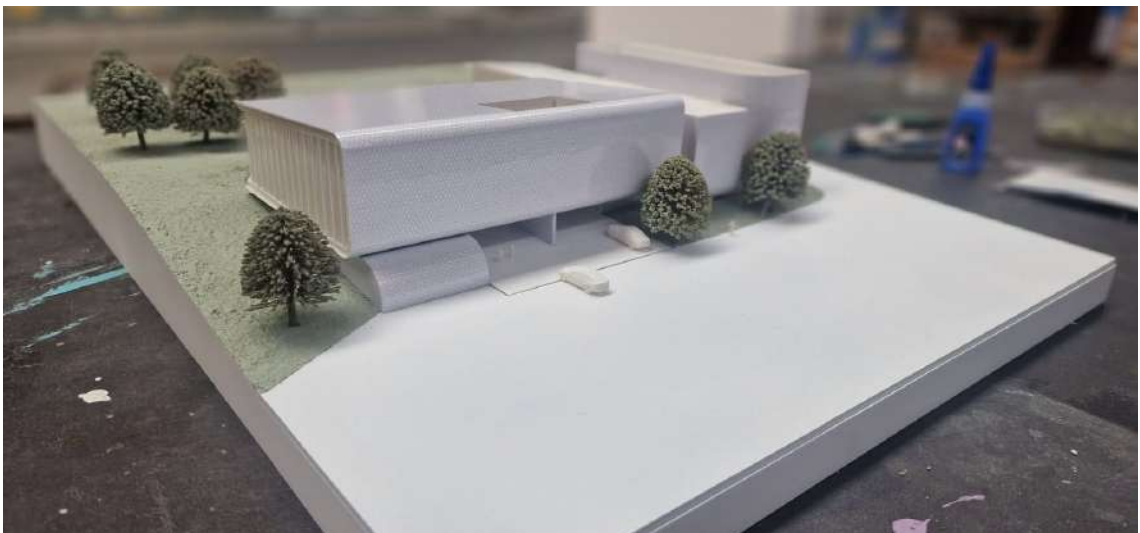
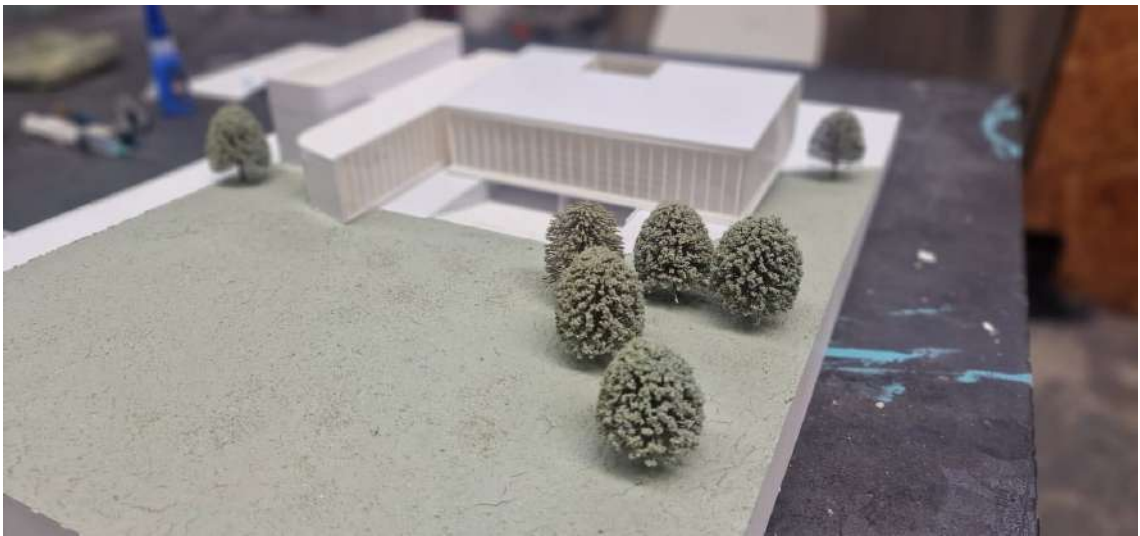
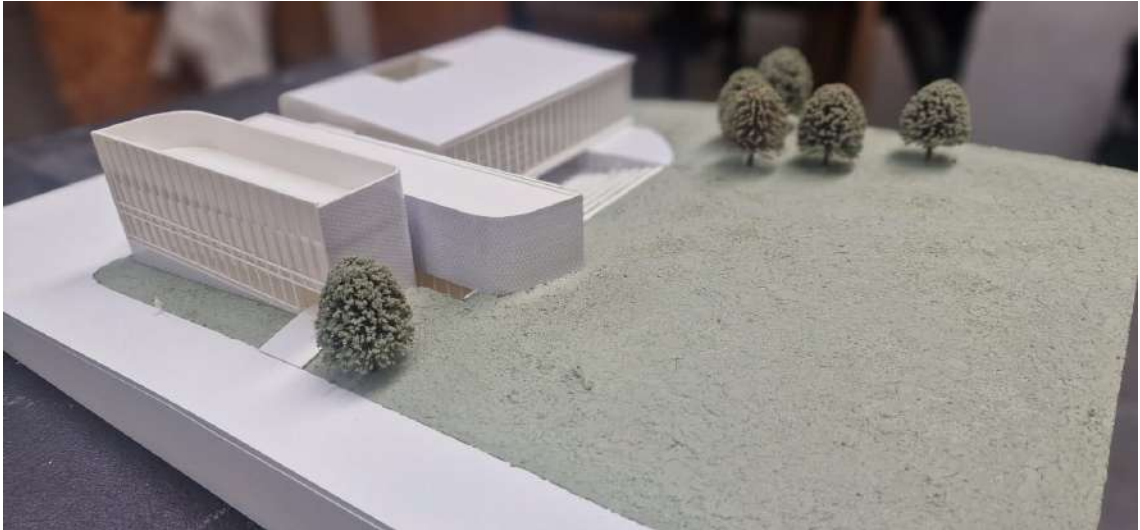
Área de exposições coberta

Entrada secundária











Anexo III

1. Atividade 1

- a. Descrição
 - i. Elaboração de Projeto de Execução e Especialidades referente à construção de um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia (“CVTT”), na área temática DeepTech Bio-Hub, Bio-MedTech Hub
- b. Calendário de Execução
 - i. Até 30 de junho 2025
- c. Valor
 - i. 74.800€

2. Atividade 2

- a. Descrição
 - i. Lançamento do Procedimento para construção e aquisição de equipamentos para o Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia (“CVTT”) – Bio-MedTech Hub.
- b. Calendário de Execução
 - i. Após decisão da CCDR NORTE sobre a candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-86 – Investimento em Infraestruturas Tecnológicas
 - ii. Previsão
Dezembro 2025

3. Atividade 3

- a. Descrição
 - i. Definição do Contrato de Consórcio com as entidades parceiras do Bio-MedTech Hub, com vista à operacionalização do seu modelo de governança e gestão estratégica.
- b. Calendário de Execução
 - i. Dezembro de 2025

4. Atividade 4

- a. Descrição
 - i. Construção do Bio-MedTech Hub
 - 1. Gestão e Coordenação do Projeto
 - a. Constituição da equipa de gestão técnica do projeto
 - b. Monitorização, gestão dos riscos e realização de relatórios intercalares e de final de projeto
 - 2. Construção da Infraestrutura
 - a. Execução das obras do edifício

- b. Organização dos espaços (laboratórios, incubação, eventos)
 - 3. Apetrechamento da Infraestrutura
 - a. Aquisição e instalação de equipamentos científicos e TIC
 - b. Formação específica para o uso dos equipamentos
 - c. Configuração de zonas técnicas e de demonstração
 - 4. Serviços Tecnológicos
 - a. Definição do portefólio de serviços
 - b. Gestão de utilização dos laboratórios
- b. Calendário de Execução
 - i. 24 meses após assinatura do termo de aceitação, previsivelmente dezembro de 2027, podendo ser extensível a pelo menos 12 meses, desde que fundamentadas e aceites pela autoridade de gestão
- c. Valor
 - i. 6.079.045,00€

5. Atividade 5

- a. Descrição
 - i. Definição do Plano de Atividades do CVTT Bio-MedTech Hub
 - 1. Gestão e Coordenação do Projeto
 - a. Constituição da equipa de gestão para controlo técnico, administrativo e do projeto/edifício
 - 2. Comunicação, Disseminação e Promoção – Início
 - a. Criação do Plano de comunicação institucional e desenvolvimento de conteúdos para website, redes digitais, press releases e outros
 - b. Participação em eventos de apresentação, congressos, fóruns, criação de *demo days* e evento de inauguração
 - 3.
- b. Calendário de Execução
 - i. Janeiro 2028

CONTRATO DE MANDATO
CRIAÇÃO DE CENTRO TECNOLÓGICO BIO-MEDTECH HUB

entre

Primeiro: Município de Braga, pessoa equiparada a pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4704-514 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**,

Doravante identificado por «Município de Braga»

e

Segundo: IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por **Carlos Duarte Oliveira e Silva**, como segundo outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 93A/2021 do conselho de administração, que se arquiva;

Doravante identificado por «IB»

Considerando que:

1. A atual empresa municipal **InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M.**, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, resultou da alteração da denominação social da PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga, EM, conforme deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 27 de junho de 2014;
2. A IB rege-se pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram e dos que sobre ela exercem poderes de tutela e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, conforme regulado nos Estatutos daquela empresa local, em concretização do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;

3. O Município de Braga delegou na IB, por via do contrato de sociedade, conforme o artigo 4.º, n.º 1, dos Estatutos daquela empresa local, todos os poderes necessários ao cumprimento do seu objeto social e ao exercício da sua atividade, cujo objeto principal é a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, com vista à dinamização económica da região de Braga;
4. Incluem-se no objeto da InvestBraga, o desenvolvimento de atividades para a dinamização económica, promoção do empreendedorismo e a organização e realização de exposições e feiras, congressos e outros eventos de carácter socioeconómico, cultural, desportivo, recreativo e turístico;
5. Nos termos dos seus Estatutos, constituem atribuições da InvestBraga, de entre outras, as seguintes:
 - *Promover a articulação dos agentes económicos locais, nacionais e internacionais para objetivos comuns de dinamização económica e a atração de investimento nacional e internacional;*
 - *Promover a inovação e a valorização das atividades económicas locais;*
 - *Promover o empreendedorismo e a criação de novas empresas e novos negócios, designadamente através da dinamização de atividades de incubação de projetos e empresas de base tecnológica;*
 - *Cooperar com as instituições de ensino superior da região e demais entidades do sistema de Investigação & Inovação, de modo a contribuir para os processos de valorização e transferência de tecnologia;*
 - *Construir, implementar e gerir parques industriais e empresariais;*
 - *Construir, implementar e gerir Infraestruturas Tecnológicas (Centros e Interfaces Tecnológicos ou Infraestruturas de Acolhimento e Valorização de Atividades de Ciência e Tecnologia), designadamente Parques de Ciência e Tecnologia ou Incubadoras de Base Tecnológica, tendo em vista a disponibilização de espaços de acolhimento, organizados e estabelecidos com o objetivo de acelerar e sistematizar o processo de criação e desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica;*
 - *Desenvolver uma política de captação, atração e acompanhamento do investimento privado, seja ele nacional ou investimento direto estrangeiro,*

que contribua estrategicamente para o tecido económico e social do Concelho, gerando postos de trabalho e riqueza;

- *Dinamização Económica e Atração de Investimento nacional e internacional para a região, através da Agência para a Dinamização Económica de Braga;*
- *Desenvolvimento de programas de pré-aceleração, aceleração e incubação para startups com ambição global, através da Startup Braga que se assume um hub de inovação desenhado para apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica com elevado potencial empreendedor nos mercados internacionais.*

6. Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), constante do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;
7. Igualmente, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal – cfr. alínea ff), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL;
8. Em cumprimento do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, o Município de Braga e a IB celebraram, em 17 de janeiro de 2025, um Contrato-Programa para o ano 2025;
9. Por via do referido Contrato-Programa, o Município de Braga, enquanto entidade participante, define a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local assumidas pela IB, inscrevendo no mesmo, o subsídio à exploração considerado como necessário para dar cumprimento à prossecução da atividade municipal externalizada na IB, consubstanciado na política, interesses, propósitos e nos objetivos do Município de Braga.

Mais considerando que:

10. O Município de Braga submeteu, a 15 de outubro de 2024, uma Manifestação de Interesse sobre áreas-temáticas e territórios-alvo prioritários para investimento em infraestruturas tecnológicas, no domínio “Deeptech Bio-Hub”, que recebeu um parecer “muito favorável”

emitido pelo júri de avaliação da CCDR NORTE, constante do relatório emitido a 16 de dezembro de 2024 – cfr. Anexo I;

11. No dia 31 de dezembro de 2024, a CCDR NORTE procedeu à Abertura do Aviso NORTE2030-2024-86 - Investimento em infraestruturas tecnológicas, que consagra como entidades beneficiárias elegíveis:
 - Instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de demonstração e transferência tecnológica;
 - Entidades gestoras de parques de ciência e tecnologia e incubadoras de base tecnológica.
12. O Aviso NORTE2030-2024-86 *vai cofinanciar em 65% a criação, qualificação ou expansão de infraestruturas tecnológicas, centradas no apoio à transferência e valorização do conhecimento, prioritárias para a implementação das prioridades regionais definidas nas Estratégias de Especialização Inteligente, que respondam às necessidades em diferentes fases no ciclo de inovação e de maturidade tecnológica;*
13. Neste contexto, e considerando que, no universo municipal, a IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga) é a entidade que, de forma mais clara cumpre os critérios de elegibilidade do aviso, uma vez que é a entidade instituidora e gestora de uma Incubadora de Base Tecnológica – Startup Braga -, reconhecida pela Agência Nacional de Inovação, no último Mapeamento de Infraestruturas Tecnológicas, considera-se que deve a candidatura ao presente aviso ser promovida pela referida empresa municipal;
14. O Bio-MedTech Hub pretende afirmar-se como um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia (CVTT) na área temática “DeepTech Bio-Hub”, orientado para o desenvolvimento de atividades de investigação aplicada e inovação, incluindo atividades de investigação industrial, atividades de desenvolvimento experimental, estudos de viabilidade, e atividades de incubação a empresas de base tecnológica;
15. O Bio-MedTech Hub contribuirá ativamente para a valorização do conhecimento e do capital humano do território do Cávado, atraindo startups, investidores e investigadores da área da saúde, bioengenharia e biotecnologia, a nível nacional e internacional, promovendo o desenvolvimento económico do território;
16. O projeto do Centro Tecnológico prevê uma intervenção na área exterior do Fórum Braga, mais precisamente no terreno contíguo ao parque de estacionamento, com vista à construção de um edifício que contará com três pisos e uma área total de, aproximadamente, 4.900 m², sendo a sua área útil de 4.500 m². Esta proposta prevê uma

distribuição eficiente dos espaços, que incluirá laboratórios modulares, salas de reuniões, áreas para gestão da infraestrutura, bem como locais específicos para incubação de empresas e disseminação de resultados, promovendo um ambiente colaborativo e inovador para as empresas em fase de crescimento.

17. A infraestrutura contará também com áreas dedicadas a conferências, seminários e outras sessões públicas, posicionando o Bio-MedTech Hub como um polo dinâmico para a divulgação do conhecimento e a promoção de iniciativas empresariais nas áreas da medicina, bioengenharia, biotecnologia, bioquímica, etc, prevendo-se um investimento global de cerca de 6.153.850,00 €;
18. A estrutura de parceria estabelecida para a criação do Bio-MedTech Hub é composta por um consórcio diversificado e altamente qualificado, que mobiliza entidades de I&I do território, desde instituições de ensino superior, unidades de investigação e clínicas, empresas tecnológicas e associações empresariais, tais como: o 2CA-Braga – Centro Clínico Académico, o Applied Artificial Intelligence Laboratory (2AI) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), a Universidade do Minho, com 4 unidades de investigação (Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde (ICVS), o Center for Microelectromechanical Systems (CMEMS), o Centro de Química e o Centro de Engenharia Biológica), os Centros de Tecnologia e Inovação, CCG/ZGDV e o INL, a P-Bio – Associação Portuguesa de Bioindústria, ou as empresas SilicoLife, PeekMed e F3M. Apresentam-se em anexo (Anexo IV) as cartas de apoio e as manifestações de interesse das Entidades;
19. Esta rede colaborativa assegura os meios humanos, materiais e tecnológicos essenciais para o sucesso do Bio-MedTech Hub, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da infraestrutura, posicionando Braga como um centro de excelência nas áreas da biotecnologia e ciências da saúde;
20. O presente contrato de mandato visa, assim, a delegação de poderes do Município de Braga na IB, para a efetivação da candidatura ao investimento em infraestruturas tecnológicas - Aviso NORTE2030-2024-86, com vista à criação do Centro Tecnológico Bio-MedTech Hub, a implantar em Braga, bem como para gerir todo o processo de construção e implementação do Centro.

Considerando, por fim, que:

21. Estando o Município de Braga adstrito ao cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa, o mandato administrativo objeto do presente contrato, permite, desde logo, dar resposta ao princípio da boa administração, pois dá uma resposta mais adequada às exigências de atuação pautada por critérios de eficiência e economicidade, potenciando a prestação de um melhor serviço público nas áreas específicas da tecnologia e da promoção da inovação nos setores da medicina, bioengenharia, bioquímica, entre outras;
22. A especificidade técnica e material da IB, assente no seu nível de organização, assim como na especialização na função, permite a adoção de um novo paradigma na sua gestão e, assim, alcançar os resultados a que se vincula perante o Município de Braga;
23. A natureza do serviço prestado pela IB reconduz-se à previsão das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 48.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao Município de Braga, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
24. O Município de Braga contrata a IB com dispensa de observância de um procedimento de contratação prévio, nos termos do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, uma vez que na qualidade de acionista único exerce diretamente sobre esta empresa um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;
25. Por deliberação da Câmara Municipal de Braga de [] de de 2025 foi submetida a apreciação da Assembleia Municipal de Braga, o presente Contrato de Mandato, que o aprovou, em minuta, na sua reunião de [] de [] de 2025, determinando consequentemente a sua celebração;
26. A relação jurídica constituída pelo presente Contrato assume natureza administrativa, nos termos do artigo 278.º do Código dos Contratos Públicos.

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 5.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, o presente Contrato, que se regerá pelo estipulado nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
(Objeto e fim)

Pelo presente Contrato o Município de Braga concede poderes à IB, para, em seu nome e sua representação:

- a) Apresentar uma candidatura ao investimento em infraestruturas tecnológicas - **Aviso NORTE 2030-2024-86** e outorgar o respetivo contrato de financiamento à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a construção/implantação do centro tecnológico, com vista à criação do Bio-MedTech Hub, a construir em Braga, no espaço identificado em planta anexa (Anexo II), propriedade do Município de Braga, e contíguo às instalações do parque de estacionamento do Fórum Braga, sede da IB;
- b) Lançar os procedimentos do projeto e empreitada de obra pública com vista à construção do centro tecnológico no local identificado e proceder à execução das obras sob sua fiscalização e vigilância direta, nos termos de projeto de arquitetura aprovado pelo Município.

Cláusula 2.ª

(Mandato administrativo)

1. O Município de Braga encarrega a IB de proceder às ações e intervenções necessárias ao cumprimento do objeto constante da Cláusula 1.ª.
2. Para cumprimento do objeto do presente Contrato, a IB mobilizará os seus recursos internos, humanos e materiais, e promoverá a contratação, adjudicação, gestão e fiscalização de aquisições de bens, serviços, locações e empreitadas necessárias à perfeita e tempestiva execução das tarefas referidas na Cláusula anterior.
3. Caberá ao Município de Braga providenciar à IB os necessários recursos que a habilitem à promoção das tarefas referidas na Cláusula anterior, ficando os ativos resultantes da ação da IB no respetivo balanço contabilístico.

Cláusula 3ª

(Poderes de gestão)

1. A outorga do presente Contrato constitui autorização bastante para a IB praticar todos os atos administrativos, técnicos, jurídicos, económico-financeiros e materiais, necessários à perfeita execução do mandato, contanto se enquadrem nas atividades constantes do **Anexo III ao presente Contrato**.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a IB, fica igualmente autorizada a praticar todos os atos necessários, no âmbito objetivo do mandato, à resposta a situações de urgência inadiável, devidamente justificados, devendo, em qualquer

caso, assim que possível, realizar o respetivo reporte ao Município de Braga, para efeitos, designadamente, do disposto na Cláusula 5.^a do presente Contrato.

Cláusula 4^a
(Poderes do Município)

1. O Município de Braga fica investido nos poderes administrativos do contraente público, nos termos do disposto no artigo 302.º do Código dos Contratos Públicos, podendo, designadamente:

- a) Dirigir o modo de execução da prestação da IB;
- b) Fiscalizar o modo de execução do presente Contrato;
- c) Modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo do presente Contrato e ao modo de execução das prestações nele previstas.

2. As modificações ao Contrato, nos termos previstos na alínea c) do número anterior, serão preferencialmente objeto de acordo endocontratual, nos termos previstos no artigo 310.º do Código dos Contratos Públicos.

3. A IB não se oporá às modificações previstas na alínea c) do n.º 1 da presente Cláusula, cabendo ao Município de Braga promover ou garantir a reposição do equilíbrio financeiro do Contrato sempre que de tal modificação, ou por verificação de outra causa superveniente e relevante, resulte alteração dos pressupostos com base nos quais a IB, determinou o valor das prestações a que se obrigou, pressupostos esses que são do conhecimento do Município.

Cláusula 5^a
(Escrutínio pelos órgãos municipais)

Sem prejuízo dos poderes de gestão previstos na Cláusula 3.^a do presente Contrato, as prestações de que a IB é incumbida, serão objeto de amplo escrutínio pelos órgãos municipais, nomeadamente, através do acompanhamento e controlo pela Câmara e Assembleia Municipal sobre os instrumentos previsionais e prestação de contas, nos quais será vertido o planeamento e controlo do presente Contrato.

Cláusula 6^a
(Apoio financeiro)

1. A IB procederá à gestão do apoio financeiro atribuído no âmbito do Contrato de Comparticipação Financeira celebrado no âmbito do **Aviso NORTE2030-2024-86**, com vista ao cumprimento das finalidades do mesmo.
2. Para efeitos do cumprimento do objeto do presente mandato, o Município de Braga habilitará a IB, com os meios financeiros necessários à concretização, por esta, das atividades identificadas na Cláusula 1.^a do presente Contrato, através de uma prestação financeira até ao montante máximo de € 3 569 230,10 (três milhões quinhentos e sessenta e nove mil e duzentos e trinta euros e dez cêntimos), valor que corresponde à componente não financiada do projeto, conforme melhor discriminado em Anexo. (Anexo III)

Cláusula 7^a **(Obrigações da IB)**

Através do presente Contrato, a IB obriga-se, designadamente, a:

- a) Promover e desenvolver todas as atividades necessárias às intervenções referidas na Cláusula 1.^a;
- b) Cumprir, na realização das atividades necessárias às intervenções referidas na Cláusula 1.^a, os procedimentos de formação de contratos previstos no Código dos Contratos Públicos, a cujo cumprimento esteja sujeita, assegurando a formação do preço em condições de concorrência;
- c) Assegurar uma estreita colaboração com o Município de Braga;
- d) Assegurar princípios de boa gestão financeira na execução dos serviços ora contratualizados;
- e) Informar o Município nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 da Cláusula 3.^a;
- f) Elaborar e remeter ao Município de Braga, relatório de execução técnica, operacional e financeira do presente Contrato, devidamente documentado.

Cláusula 8^a **(Obrigações do Município de Braga)**

Através do presente Contrato, o Município de Braga obriga-se a disponibilizar à IB, EM. os meios financeiros necessários à concretização, por esta, das atividades identificadas na Cláusula 1.^a do presente Contrato, de acordo com o seguinte cronograma financeiro:

- a) No ano de 2025: até ao valor máximo de € 43.384,00 (quarenta e três mil e trezentos e oitenta e quatro euros);
- b) No ano de 2026: até ao valor máximo de € 1.762.923,05 (um milhão e setecentos e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e três euros e cinco cêntimos);
- c) No ano de 2027: até ao valor máximo de € 1.762.923,05 (um milhão e setecentos e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e três euros e cinco cêntimos).

Cláusula 9ª

(Acompanhamento e controlo)

O acompanhamento, fiscalização e controlo do presente Contrato é executado pelo Município de Braga, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a atividade desenvolvida pela IB, ao abrigo do mesmo.

Cláusula 10ª

(Gestor do contrato)

- 1. A articulação da IB com os serviços municipais no âmbito da execução do presente Contrato será assegurada através do Gestor do Contrato designado pelo Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
- 2. O Município de Braga pode, a todo o tempo, designar um novo Gestor do Contrato, sendo para tanto bastante que notifique a IB, dessa alteração.

Cláusula 11ª

(Exclusão de responsabilidade)

- 1. Quaisquer obrigações assumidas pela IB para efeitos do cumprimento do presente contrato, ainda que na forma de financiamentos bancários ou serviços contratados com terceiros, serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputadas, seja a que título for, ao Município de Braga.
- 2. A IB obriga-se a dar conhecimento do estipulado no número anterior às entidades financiadoras e/ou aos terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela omissão ou incumprimento desta obrigação.

Cláusula 12.ª

(Incumprimento e resolução do contrato)

A falta de cumprimento ou o desvio dos seus objetivos por parte da IB constitui causa de resolução do contrato pelo Município de Braga.

Cláusula 13.^a
(Alterações ao contrato)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato carece de prévio acordo escrito subscrito por ambas as partes.

Cláusula 14.^a
(Prazo e vigência)

O presente Contrato de Mandato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à integral execução do seu objeto.

Cláusula 15.^a
(Compromisso)

Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, encontra-se inserida no Orçamento de, classificada em com os seguintes números de compromissos:

Em anexo:

Anexo I - Avaliação das manifestações de interesse apresentadas sobre áreas temáticas e territórios prioritários para investimento | CCDRN dezembro de 2024

Anexo II - Planta de Implantação e simulação do Bio-MedTech Hub, no Forum Braga

Anexo III - Identificação das atividades a prestar pela IB e despesa associada

Anexo IV - Cartas de Apoio e Manifestações de Interesse

Feito em Braga aos [] dias do mês de [] de 2025, em duplicado de igual teor e forma que, depois de lido e estar conforme, vai ser assinado pelos outorgantes, ficando cada um na posse de um exemplar.

Pelo Município de Braga,

Pela InvestBraga, EM,